

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de setembro de 2019 às 07h52
Seleção de Notícias

OAB São Paulo | SP

ABPI

OAB SP realiza seminário para discutir as novas perspectivas da propriedade intelectual	3
---	---

Meio Norte Online | PI

Propriedade Intelectual

Combate aos crimes de pirataria ganha reforço no Congresso Nacional	4
---	---

Migalhas | BR

Propriedade Intelectual

Consulta pública reabre discussão sobre atualização da Lei de Direito Autoral	6
---	---

OAB SP realiza seminário para discutir as novas perspectivas da propriedade intelectual

A Comissão de Propriedade Intelectual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, presidida por Nancy Satiko Caigawa, promove no próximo dia 10 de setembro o "Seminário: Novas Perspectivas da Propriedade Intelectual". O evento será realizado na sede institucional da OAB SP, com o apoio da Comissão de Cultura e Eventos.

É a primeira vez que se faz um debate tão amplo sobre propriedade intelectual na OAB SP, juntando, numa mesma tarde, exposições tão atuais e relevantes sobre o tema. O primeiro painel intitulado "Consulta pública sobre a reforma da Lei de **Direitos** Autorais" abordará as recentes alterações da legislação nesta área, e estará a cargo do expositor Mauricio Braga, secretário de **Direitos** Autorais e Propriedade Intelectual do Ministério da Cidadania. Sydney Sanchez, presidente da Comissão Especial de Direitos Autorais do Conselho Federal da OAB, será o debatedor; e Roberto Mello, presidente da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), o moderador.

Na segunda apresentação será discutida a "Adesão do Brasil ao Protocolo de Madri", com exposição de Maria Eugênia Gallotti, diretora de Marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Os debates serão realizados por Gabriel Leonardos, presidente da Comissão Especial de Propriedade Intelectual do Conselho Federal da OAB e vice-presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), com moderação de

Marcello do Nascimento, presidente da Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI). Por fim, o "Plano de combate ao backlog de patentes" terá como palestrante Liane Lage, diretora de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**); debatedora Maria Aparecida de Souza, diretora da Agência USP de Inovação, e o moderador Gabriel Leonardos.

A Comissão tem como objetivo fomentar as discussões jurídicas no âmbito de atuação das áreas do Direito da Propriedade Intelectual, além de atuar na análise, estudo e acompanhamento de projetos de lei, estimulando parcerias com outras entidades congêneres.

As inscrições podem ser feitas no link: <https://www2.oabsp.org.br/asp/dotnet/CulturaEventos/Eventos/Apps/SinopseEvento.aspx?idCultural=7249&sn=1>

Serviço:

Seminário - Novas perspectivas da propriedade intelectual

Data: 10/09

Horário: 13h00

Local: Sede institucional da OAB SP - Rua Maria Paula, 35- Centro - São Paulo

Combate aos crimes de pirataria ganha reforço no Congresso Nacional



Frente parlamentar mista vai atuar no enfrentamento aos crimes. A pirataria e o contrabando somam prejuízo de R\$160 bilhões à economia do Brasil.

Na tentativa de enfrentar os crimes que envolvem a pirataria e a produção intelectual brasileira, foi lançada na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria. A iniciativa visa unificar e fortalecer, por meio do Congresso Nacional, ações de enfrentamento aos crimes junto ao Ministério da Cidadania.

A deputada Mariana Carvalho, coordenadora da frente parlamentar mista, ressaltou a necessidade de chamar a atenção da sociedade sobre os crimes. "Além das compras de produtos piratas, atrás disso, há crime organizado, um prejuízo ao País. Acredito que com os projetos que tramitam nesta Casa, com união, possamos mostrar a importância de conscientização do povo brasileiro, fazendo com que as penas sejam mais duras e, principalmente, que se possa entender que há ilegalidade", disse.

Presente ao lançamento da frente parlamentar, o secretário de **Direitos** Autorais e Propriedade Intelectual (Sdapi) do Ministério da Cidadania, Maurício Braga, explicou a estrutura da secretaria e enalteceu a preocupação do Parlamento em trabalhar para proteger autores e criadores brasileiros.

"Esta frente parlamentar vai trabalhar todo o aspecto

legislativo que é muito importante para nós. Existem alguns projetos de lei que são danosos para o **Direito** Autoral. E o governo pensa em proteger e priorizar os autores, respeitando as exceções e limitações. Se não existir equilíbrio, há um prejuízo imensurável com os autores, o que acaba atrapalhando toda uma cadeia produtiva. Por isso, essa frente envolve também a questão do combate à pirataria, que visa também a proteção contra as violações", afirmou Braga.

Em agosto, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça firmaram um protocolo de intenções para o combate à pirataria. O acordo tem como objetivo integrar o trabalho das duas pastas e possibilitar a execução de estratégias conjuntas de repressão ao crime, que é responsável, juntamente com o contrabando, por um prejuízo anual de R\$ 160 bilhões à economia brasileira, segundo levantamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) e da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF).

Consulta pública sobre a Lei de **Direitos** Autorais vai até o dia 15 de setembro

Além de procurar reforçar as ações para proteção de obras intelectuais, a Sdapi do Ministério da Cidadania promove, até 15 de setembro, consulta pública para modernizar a Lei de **Direitos** Autorais (LDA). Um dos principais objetivos é tornar as cláusulas mais precisas e claras em relação às consequências de violações do **Direito** Autoral, incluindo uma atualização para os meios digitais.

Sdapi

Continuação: Combate aos crimes de pirataria ganha reforço no Congresso Nacional

A Secretaria de **Direitos** Autorais e **Propriedade** Intelectual (Sdapi) atua como órgão regulador e fiscalizador, estabelecendo as bases para que a política de proteção dos **direitos** autorais seja aprimorada e avance para outros campos da cultura, como o audiovisual, o teatro e as plataformas de conteúdo digital. A secretaria conta com uma coordenação específica para o desenvolvimento de políticas e ações articuladas de combate à pirataria e ao tráfico

de bens culturais. (Secretaria Especial da Cultura)

[illegible]

Por outro lado, o Ministério da Cidadania (responsável pela consulta, por meio da Secretaria Especial da Cultura), recentemente, sinalizou qual seria a agenda por trás de eventual reforma, ao defender a necessidade de se atualizar a lei para lidar com as novas tecnologias e os novos modelos de negócios que surgiram ao longo das últimas duas décadas. Estariam na mira, portanto, os serviços de streaming de

A consulta pública é o primeiro passo do governo federal para a construção de um anteprojeto de lei para reformar a LDA. Cabe lembrar que discussões sobre modificar a Lei de **Direito** Autoral vêm sendo feitas desde o final da década de 1990. Isso porque, publicada em 1998, a lei resultou de um projeto mais antigo, da década de 1980 e, portanto, antes do boom da **internet**. Além de ter nascido defasada, a LDA, desde sua origem, deixou de abordar (ou tratou superficialmente) pontos relevantes, como as obras por encomenda. Com o avanço da **internet**, as discussões sobre modernizá-la foram reacendidas, sem, no entanto, culminar em grandes alterações. Desde que entrou em vigor, a LDA foi submetida a apenas duas mudanças legislativas, em 2009 e 2013, que trataram, respectivamente, da obrigação de se nomear os dubladores nos créditos de obras audiovisuais e de dispositivos relacionados especificamente à gestão coletiva de **direitos** autorais.

Apesar de ter sofrido apenas modificações pontuais, as tentativas de reformar a LDA tiveram ao menos

Continuação: Consulta pública reabre discussão sobre atualização da Lei de Direito Autoral

três momentos marcantes. Em 2004, Gilberto Gil, então ministro da Cultura de Luiz Inácio Lula da Silva, lançou o Fórum Nacional de **Direito** Autoral com objetivo de discutir com a sociedade a necessidade de se revisar a Lei de **Direito** Autoral. Em 2010, com Juca Ferreira no Ministério da Cultura, realizou-se uma primeira consulta pública para alteração da lei, que recebeu mais de 8 mil sugestões. A proposta foi enviada à Casa Civil, mas não prosseguiu. No ano seguinte, já sob gestão de Dilma Rousseff, a nova ministra da Cultura, Ana de Hollanda, estabeleceu outra consulta pública. O tema, no entanto, foi logo retirado da pauta do Executivo.

Em parte, o debate foi esvaziado pelas discussões acerca do Marco Civil da **Internet**, promulgado em 2014 (Lei 12.965). Isso porque o projeto da norma endereçava um dos principais pontos de atualização da legislação autoral às tecnologias digitais: a responsabilização dos provedores pela violação de direitos no compartilhamento de conteúdo. Todavia, o Congresso acabou optando por excluir do texto final a infração a direitos autorais (art. 19, § 2º), a qual seria regulada por legislação específica, que, por sua vez, nunca foi promulgada. Apesar disso, o Judiciário recorrentemente vem aplicando às obras artísticas, científicas e literárias a regra prevista no Marco Civil, isto é, de que o provedor só se torna responsável se descumprir decisão judicial que determine a retirada do conteúdo violador.

É importante compreender que a Lei de Direito Autoral está baseada em um tripé: protege o artista, ou seja, quem cria a obra e tanto do ponto de vista moral, quanto econômico; a empresa que comercializa as obras; e o usuário das obras (cidadão que quer ter acesso às criações e ao conhecimento, informação e cultura que elas difundem). Apesar de a legislação sempre ter tentado buscar equilíbrio entre estes três pilares, em 1998, o debate se pautava mais na polarização entre os dois primeiros: artistas e empresas. Este cenário começou a mudar a partir do ano 2000, quando o usuário passou a ser mais protagonista nas discussões acerca da regulação dos direitos autorais,

em parte pelo avanço da **internet**.

Em paralelo à consulta atual, tramita, na Câmara dos Deputados, projeto de lei de autoria de Jandira Feghali, do PCdoB/RJ, que propõe uma reforma completa da LDA. Dessa forma, o projeto trata tanto da adaptação legal às novas tecnologias, como também da criação de novas limitações e exceções aos direitos autorais e da solução de pontos não previstos na norma de 1998, a exemplo das obras órfãs e criadas sobre encomenda. O PL 2370/19, enviado em abril, não tem relação direta com a consulta atual do Ministério da Cidadania e atualmente aguarda parecer do relator na Comissão de Cultura (CCULT).

Fora do Brasil, a discussão sobre direitos de autor também está em evidência, com alguns países se movimentando para adequar a legislação ao cenário atual. Entre o final dos anos 1990 e o primeiro decênio dos anos 2000, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** elaborou três tratados para regular os direitos de autor e conexos (isto é, direitos de intérpretes, produtores de fonogramas e empresas de radiodifusão), pensando-se nas transformações provocadas pela **internet**. Nenhum desses documentos foi ratificado pelo Brasil, ainda que a nossa LDA esteja alinhada com suas principais disposições. Interessante notar que a consulta pública ora proposta pelo Ministério da Cidadania pergunta se o Brasil deveria aderir a esse tratado - e, em caso afirmativo, se deveríamos recepcioná-los com reservas.

Na virada do milênio, os Estados Unidos promulgaram uma nova lei endurecendo a proteção autoral, com foco justamente nas novas tecnologias de compartilhamento. Em meados dos anos 2000, o Canadá emitiu nova legislação em sentido contrário: flexibilizando os direitos de autor em prol de outros princípios constitucionais, como o direito à educação, acesso ao conhecimento e informação e difusão da cultura. Já neste ano, a União Europeia aprovou diretiva para um mercado digital único, disciplinando o regime autoral em face das tecnologias

Continuação: Consulta pública reabre discussão sobre atualização da Lei de Direito Autoral

da **internet**. A partir deste novo marco regulatório, os países-membros terão de criar legislações em linha com a diretiva. Dois pontos da nova diretriz causaram bastante polêmica: a chamada "taxa de link" (a obrigação de pagar a editores de publicação de imprensa pelo uso das notícias em mecanismos de agregação ou clipping, a exemplo do Google Notícias) e a responsabilidade dos provedores por violação dos direitos autorais, que, a depender do seu porte, terão de contar com ferramentas para identificar e barrar conteúdos infratores.

Dado o caráter recente da iniciativa europeia e a relevância histórica daquele continente para o novo sistema de propriedade intelectual, é de se imaginar que a diretiva europeia pautará eventual reforma da LDA

no Brasil. Dessa forma, ainda não esteja clara a linha governo seguirá, há indicações de que seja na direção de se adaptar o regime de direitos autorais para as transformações provocadas pela **internet** e novas tecnologias digitais.

***Luiz** Guilherme Veiga Valente é advogado do escritório **Gusmão & Labrunie** - Propriedade Intelectual.

Luiz Guilherme Veiga Valente

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Direitos Autorais

3, 4, 6

Marco regulatório | INPI

3

Propriedade Intelectual

4, 6

Entidades

6